

ANO I - EDIÇÃO Nº 47 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 18 de maio de 2016.

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 01/2016.

INVESTIGANTE: Dr. PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA – 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.
FUNDAMENTOS: Artigos 129, II, III, VII e VIII e 144 "caput" da Constituição Federal; Artigos 25, VI e 26, I, "c" da Lei Orgânica do Ministério Público nº 8.625/93; Artigo 60, incisos I, VI, alíneas "a" e "b", VII, XII, alínea "b" da Lei Complementar Estadual nº 51/2008.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades no que pertine ao depósito de milhares de veículos automotores no Pátio 2º Batalhão da Polícia Militar de Araguaína, que acarretam a proliferação de vetores de doenças tais como dengue, zika vírus, chikungunya, entre outras.

INTERESSADOS: ESTADO DO TOCANTINS; 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 13 de maio de 2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 050-IC/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA Nº 040/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 4, da Lei 8.069/90 e artigo 127, 129, II, III, 205 e 214, da CF/88.

ORIGEM: Representação feita pelo Conselho Tutelar Polo I de Araguaína/TO.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a denúncia do suposto abandono intelectual e maus-tratos contra as adolescentes Ana Beatriz Barreira de Sousa, Raissa Barreira de Sousa e Andresilene Barreira de Sousa, na cidade de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 26 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 02/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA Nº 046/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor

Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 129, II e III, da CR/88; artigo 205 e ss. da CR/88; LDB, Lei 11.494/07 e ECA.

ORIGEM: Representação feita por Rosangela Pereira da Silva Melo.
FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades na infraestrutura da creche "Cantinho do Saber", município de Araguaína - TO

Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 11 de maio de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 04/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA Nº 049/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal; artigo 201, VIII e XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 170 do CONANDA.

ORIGEM: Instauração de Ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades na estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar de Muricilândia - TO Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 13 de maio de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 05/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA Nº 050/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal; artigo 201, VIII e XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 170 do CONANDA.

ORIGEM: Instauração de Ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades na estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar de Nova Olinda - TO Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 13 de maio de 2016

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 001/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI –
12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV,
alínea "a", da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto dano ambiental ocorrido
em área próxima ao Balneário Jacuba, em Araguaína-TO.

INTERESSADO(S): A COLETIVIDADE E ANTONIA EDJANE
BEZERRA CANUTO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 29 de março de
2016.

20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a
instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer
interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou
subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a
melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA Nº: 001/2016

INVESTIGANTE: 20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

FUNDAMENTOS: Art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 25,
inciso IV, e art. 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e
8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 62 da Lei Complementar Estadual nº
51/08.

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO Nº 2015.6.29.20.0244

FATOS EM APURAÇÃO: Não aplicação do Projeto Político
Pedagógico e Regimento Interno no CASE e CEIP, deficiência da
política de formação de recursos humanos e ausência de previsão de
ações de acompanhamento de egressos nos referidos programas.

INVESTIGADO: SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA DO
ESTADO DO TOCANTINS.

PALMAS/TO, 29/04/2016.

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a
instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer
interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou
subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando
a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 019/2016

FUNDAMENTOS: Lei nº 12.527/2011 e a Lei Complementar nº
101/2000.

ORIGEM: Ofício nº 020/2016 do Observatório Social do Brasil.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Considerando o relatório do Observatório
Social do Brasil, o qual apontou irregularidades no portal da
transparência da Câmara Municipal, verifica-se a necessidade de
averiguar possível violação à Lei nº 12.527/2011 que se destina a
assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser
executados em conformidade com os princípios básicos da
administração pública que se rege, dentre outros, pelos princípios da
publicidade e eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Palmas/TO e Rogério
Freitas Leda Barros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 04 de maio de 2016.

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a
instauração do Inquérito Civil Público nº 006/2016, a fim de que
qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente

documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 007/16

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Ofício/CMP/009/2016.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos princípios da Administração Pública (10014).

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventual prática de improbidade administrativa, que causou prejuízo ao erário, ocorrida em 27 de junho de 2012, consistente na aplicação de recursos públicos do Instituto de Previdência Social do Município de Gurupi/TO (Gurupi Prev), no fundo de investimentos denominado FI Eslovênia Renda Fixa.

REPRESENTANTE: Conselho Municipal de Previdência do Instituto de Previdência Social do Município de Gurupi/TO.

REPRESENTADO: João Pedro da Silva Barros e Flávyo Soares Queiroz Barbosa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 11 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 10/05/2017

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 28/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 29/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 23/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Medidas de Proteção

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade da menor M.V (08 meses de idade), filha da adolescente N.V.B (14 anos de idade), sendo que esta é usuária e traficante de drogas, além de maltratar a criança deixando de alimentá-la com leite, dando a esta somente chá de capim santo, no Município de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi/TO.

REPRESENTADA: Maria Aparecida Pereira Barbosa

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 12 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 12/05/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 030/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 031/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 18/2016.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633)/ Seção Cível (9964)/ Medidas de Proteção (11818).

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de vulnerabilidade da adolescente J.R.M. (16 anos de idade), cujo pai já faleceu, sua mãe é desaparecida e a única irmã é usuária de drogas, além daquela já possuir uma filha, a infante A.L.R. (01 ano de idade), no Município de Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 16 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 16/05/2017

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 060/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria N.º: 060/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014), Dano ao erário (10012) e Enriquecimento ilícito (10013).

Objeto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa consubstanciada na autorização para a instalação de estabelecimento comercial em área pública por parte do Prefeito do Município de Divinópolis/TO, Florisvane Maurício da Glória.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO

Representante(s): Orlando José da Fonseca.

Representado(a)(s): Prefeito do Município de Divinópolis/TO, Florisvane Maurício da Glória.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Representação por parte do representante.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 09/05/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 061/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria N.º: 061/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014), Dano ao erário (10012) e Enriquecimento ilícito (10013).

Objeto: Apurar a existência de corpo próprio de procuradores no Município de Paraíso/TO.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO

Representante(s): 4ª PJ/PSO/TO – Ex officio.

Representado(a)(s): Município de Paraíso/TO.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Ex officio.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 09/05/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 062/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 062/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014), Dano ao erário (10012).

Objeto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa por parte de dois vereadores do município de Marianópolis/TO.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO

Representante(s): Câmara de Vereadores de Marianópolis/TO.

Representado(a)(s): Saulo Costa Moreira e Valdeci Antônio da Silva.
Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Ofício nº 015/2016 – Câmara de Vereadores de Marianópolis/TO.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 10/05/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 063/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 063/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Saúde (10064). Vigilância Sanitária e Epidemiológica (900109).

Objeto: Apurar a existência de caso da doença equina Mormo (noticiado e comprovado) nos municípios que envolvem a comarca de Paraíso/TO.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO

Representante(s): Ex Officio, 4ª PJ/PSO/TO.

Representado(a)(s): Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - ADAPEC/TO.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Ata de reunião na sede do MP de Paraíso/TO, com a participação da SEMUS/PSO/TO e ADAPEC/TO.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 10/05/2016.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 53/2016-5ªPJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 51/2016, instaurada na 5ªPJPN em 30 de março de 2016

FATOS EM APURAÇÃO: suposto recebimento de parte dos vencimentos do servidor Nilson Martins Messias por Claudevardes Mascarenhas Tavares, por determinação do Vereador Helmar Tavares Júnior, Presidente da Câmara de Vereadores

INVESTIGADAS: Claudevardes Mascarenhas Tavares e Helmar

Tavares Júnior

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 12 de maio de 2016

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA

Extrato da Portaria nº 001/2016 - O Dr. ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VII e VIII da Constituição Federal de 1988, resolve INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL apartir das peças de informação contidas na NOTÍCIA DE FATO Nº 015/2016, com o desiderato de apurar denúncias da prática de atos de improbidade administrativa imputados a ERONIDES TEIXEIRA DE QUEIROZ, Prefeito Municipal, consistentes na falta de pagamento das contribuições previdenciárias junto ao Taguatinga-prev no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2016 no montante de R\$ 841.106,85 (oitocentos e quarenta e um mil cento e seis reais e oitenta e cinco centavos). Taguatinga, 02 de maio de 2016. Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Promotor de Justiça.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 04/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 06/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Documentação encaminhada pela Diretoria do Foro

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa decorrentes da doação de cestas básicas, em ano eleitoral, aos moradores do assentamento Tobasa, em Tocantinópolis/TO.

INVESTIGADO: Município de Tocantinópolis

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 10 de maio de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 04/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 06/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Documentação encaminhada pela Diretoria do Foro

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa decorrentes da doação de cestas básicas, em ano eleitoral, aos moradores do assentamento Tobasa, em Tocantinópolis/TO.

INVESTIGADO: Município de Tocantinópolis

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 10 de maio de 2016.